



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030151 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T01
Unidade:	ESAN - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS		
Professor(es):	Alessandro Gustavo Souza Arruda, Fernando Thiago		
Curso(s):	[20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional / [20263] Mestrado em Ciências Contábeis / [20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional		

1.Ementa :

O processo de elaboração, implementação e avaliação do orçamento no setor público. Análise de modelos participativos no planejamento, execução e monitoramento do orçamento. Planejamento financeiro e orçamentário governamental, modelos e avaliação de orçamento público, acompanhamento e controle financeiro de programas do governo, gerenciamento e medição de desempenho financeiro na administração pública.

2.Conteúdo Programático :

O processo de elaboração, implementação e avaliação do orçamento no setor público. Análise de modelos participativos no planejamento, execução e monitoramento do orçamento. Planejamento financeiro e orçamentário governamental, modelos e avaliação de orçamento público, acompanhamento e controle financeiro de programas do governo, gerenciamento e medição de desempenho financeiro na administração pública

3.Objetivos :

- Compreender os modelos utilizados na formulação do planejamento governamental e consequente elaboração do orçamento; - Compreender os mecanismos utilizados pelo Poder Público para executar o Orçamento; - Conhecer os mecanismos utilizados para gerenciamento e medição do desempenho da administração pública. - Conhecer as estruturas legais de controle social naquilo que se refere à execução dos dispêndios públicos.

4.Avaliação :

Avaliação 1. Elaboração de artigo científico. Equivale a 60% da nota final. Avaliação 2. Apresentação de seminários e discussões. Equivale a 30% da nota final. Avaliação 3. Participação e desempenho em atividades. Equivale a 10% da nota final.

5.Metodologia :

A disciplina será ministrada de forma presencial com aulas expositivas, estudo e análise de casos, sugestões de leituras complementares, seminário com discussão e troca de experiência. Palestras com convidados de diversas organizações públicas que atuem na área. O AVA/Moodle da UFMS será utilizado como repositório de textos, artigos, capítulo de livros, etc. e atividades.

6.Bibliografia :

ANESSI-PESSINA, Eugenio; SICILIA, Maria francesca; STECCOLINI, Ileana. Budgeting and rebudgeting in local governments: siamese twins? Public Administration Review, Florida, EUA v. 72, n. 6, p.875-884, Nov.-Dez. 2012. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/41688016>, acesso em 9 fev. 2021. ANG, Kaifeng; CALLAHAN, Kathe. Citizen involvement efforts and bureaucratic responsiveness: participatory values, stakeholders' pressures, and administrative practicality. Public Administration Review, EUA, v. 67, n. 2, p. 249-264, Mar.-Apr. 2007. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4624562>, acesso em 9 fev. 2021. ANJOS, Pedro Germano dos. Limitações controle jurisdicional do orçamento Revista de Direito Público, Londrina, v. 4, n. 2, p. 99-116, maio-ago. 2009. Disponível em: . Acesso em: 8 fev. 2021. BARROS, S. A. R.; SAMPAIO, R. C. A Confiança para a Manutenção de uma Inovação Democrática: O Caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 22, n. 72, p. 142-163, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v22n72.60133>. BATISTA, Marco Antônio Cavalcanti. MALDONO, Jose Manuel Santos de Varge. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 42, n. 4, p. 681-99, jul.-ago. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6650/5234>, acesso em 9 fev. 2021. BENITO, Bernardino; BASTIDA, Francisco. Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: an international approach. Public Administration Review, EUA, v. 69, n. 3, p. 403-417, Mai.-Jun., 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2009.01988.x>. BORN, J. S. Análise da situação financeira do ente público mediante o uso de quocientes. In. Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado. Anais[...]. Gramado, 2003, p. 1-15. BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030151 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T01
--------------------	--	----------------------	-------------------

públicas: guia prático de análise ex ante. V. 1. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688. Acesso em 2 mar. 2021. BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. V. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504. Acesso em 2 mar. 2021. BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública. 3 ed. Brasília: MP, 2018. BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, DF. 2009. 112 p. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021. BRASIL. Ministério do Planejamento. Mapeamento Bibliográfico e do Estado da Arte sobre indicadores de Gestão. Brasília, OF. 2009. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2021. BRASIL. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais [et al.]. Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view. Acesso em 2 mar. 2021. BRASIL. Constituição (1988). Constituição. Brasília, OF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei n. 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Presidência da República. Brasília, 21 de junho de 1993. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em: 31 mai. 2021. BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 9 fev. 2021. (artigos de 1 a 26, 38 e de 54 a 59). CALDAS, Eduardo de Lima. NONATO, Raquel Sobral. Compras públicas: Estratégia e Instrumento para a Gestão do Desenvolvimento Local Revista Interações, Campo Grande, v.15, n.1, p.161-172, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n1/v15n1a15.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021. CASTALDELLI JÚNIOR, E.; DE AQUINO, A. C. B. Indicadores de Desempenho em Entidades Fiscalizadoras Superiores: o caso brasileiro. Contabilidade Vista & Revista, v. 22, n. 3, p. 15-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevista/article/view/1240>. Acesso em: 10 fev. 2021. CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais – Uma abordagem conceitual. Interface de saberes, p. 1-13, 2006. Disponível em: <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/download/20/8>. Acesso em 5 mar. 2021. CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Finanças públicas no nível local de governo. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 4, p.159-182, 2000. Disponível em: Acesso em: 8 fev. 2021. COASE, R. H. The Nature of the Firm. Economica. v. 4. p. 386–405, nov. 1937. COELHO, Daniela Miguel. QUINTANA, Alexandre Costa. Análise do Desempenho Econômico e Financeiro de entidades da Administração Pública Direta: um caso da Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS). Revista Cont. Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 1, maio-ago. 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5552/4035>. Acesso em: 10 fev. 2021. COLAUTO, R. D.; RUAS, C. M. B.; PIRES, R. C. T.; PEREIRA, P. Reflexão sobre as normas de finanças públicas: enfoque sobre concessão de benefícios por meio de renúncia de receitas públicas. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 58-72, 2013. Disponível em: . Acesso em: 8 fev. 2021. CORNIA, Gary C.; NELSON, Ray D.; WILKO, Andrea. Fiscal planning, budgeting, and rebudgeting using revenue semaphores. Public Administration Review, Florida, EUA, v. 64, n. 2, Mar.-Apr. 2004. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2004.00358.x> CREPALDI, Sílvia Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento público: planejamento, elaboração e controle. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. DALMONECH, L. F.; TEIXEIRA, A.; SANT'ANNA, J. M. B. O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal n o 101/2000 nas finanças dos estados brasileiros. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 4, p. 1173 a 1196, 18 dez. 2011. DIAMOND, J. Do orçamento por programas para o orçamento de desempenho: o desafio para economias de mercado emergente. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. Planejamento e orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. FARIA, Claudia Feres. Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul: a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). Opinião Pública, Campinas, v.12, n.12, p. 378-406. Nov. 2006. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000200007>. Acesso em: 9 fev. 2021. FEDOZZI, Luciano; et. al. Orçamento participativo de Porto Alegre: perfil, avaliação e percepção do público participante. Porto Alegre: Gráfica e Editora Hartmann, 2013. 136 p. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/livro_op_digital.pdf. Acesso em: 9 fev. 2021. FERNANDEZ, Sergio; RAINEY, Hal G. Managing successful organizational change in the public sector. Public Administration Review, EUA, v. 66, n. 2, p.168-176, Mar. 2006. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00570.x> FETHKE, Gary C.; POLICANO, Andrew J. Public no more universities: subsidy to self-reliance. Journal of Management Development, EUA, v. 32, n. 5, p. 525-536, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1108/02621711311328291>. FORRESTER, John P. Budgetary constraints and municipal revenue forecasting. Policy Sciences, Dordrecht/Holland, v. 24, n. 4, p. 333-356, Out. - Dez. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00135880> FRIEDRICHSEN, Sharon. Collaborative public management in San Francisco. Public Administration Review, EUA, v. 66, n. 1, p. 150-161, Dez. 2006. Suplemento S1. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00679.x> GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. Revista de Administração Contemporânea, v. 15, n. 3, p.



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030151 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T01
--------------------	--	----------------------	-------------------

513-537, 2011. GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017. GIAMBIAGI, Fabio, ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GOMES, E. G. M. As agências reguladoras independentes e o Tribunal de Contas da União: conflito de jurisdições?. Revista de Administração Pública, v. 40, n. 4, p. 615 a 630, jan. 2006. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6843>, acesso em 10 fev 2021. GORDON, Cameron Elliott. Public Versus Private Capital: Is There a Difference? 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1090092>, acesso em 1º de março de 2021. GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. Lua nova, São Paulo, n. 69, p. 49-78, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/673/67306904.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021. GUESS, George M. Comparative decentralization lessons from Pakistan, Indonesia, and the Philippines. Public Administration Review, EUA, v. 65, n. 2, p. 217-230, Mar.- Abr. 2005. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3542555>, acesso em 9 fev. 2021. HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968. Disponível em <https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>, acesso em 25 fev. 2021. HEINRICH, Carolyn J. How credible is the evidence, and does it matter? An analysis of the Program Assessment Rating Tool. Public Administration Review, EUA, v. 72, n.1, p.123-134, Jan.-Feb. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02490.x>. HO, Alfred Tat-Kei. PBB in American local governments: it's more than a management tool. Public Administration Review, EUA, v. 71, n. 3, p. 391- 401, Mai-Jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02359.x>. HOU, Y.; LUNSFORD, R. S.; SIDES, K. C.; JONES, K. A. State Performance?Based Budgeting in Boom and Bust Years: An Analytical Framework and Survey of the States. Public Administration Review, n. 71, n. 3, p. 370-388, Mai.-Jun., 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02357.x>. IASULAITIS, S.; NEBOT, C. P.; SILVA, E. C.; SAMPAIO, R. C. Interatividade e Ciclo de Políticas Públicas no Orçamento Participativo Digital: Uma Análise Internacional. Revista de Administração Pública, v. 53, n. 6, p. 1091-1115, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180272>. INAMINE, Ronaldo; ERDMANN, Rolf Hermann; MARCHI, Jamur Johnas. Análise do sistema eletrônico de compras do governo federal brasileiro sob a perspectiva da criação de valor público. Rev. Adm. (São Paulo), São Paulo, v. 47, n.1, p. 124-139, Mar. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.5700/rausp1030>. Acesso em 9 Fev. 2021. IRVIN, Renee A.; STANSBURY, John. Citizen participation in decision making: is it worth the effort? Public Administration Review, EUA, v.64, n. 1, p. 55-65, Jan.-Feb. 2004. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2004.00346.x>, acesso em 9 fev. 2021. JOYCE, Philip G. Does more (or even better) information lead to better budgeting? A new perspective. Journal of Policy Analysis and Management, EUA, v. 27. n. 4, p. 945-975, Jul-Set., 2008. Disponível em: . Acesso em: 8 fev. 2021. JOYCE, Philip G. The Obama administration and PBB: building on the legacy of federal performance-informed budgeting? Public Administration Review, EUA, v. 71, n. 3, p. 356-367, Mai-Jun., 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02355.x>. KAUTTER, John; POPE, Gregory C. Competitive bidding for Medicare part B clinical laboratory services. Int. J. Health Care Finance Econ., EUA, v. 14, n. 2, p.95-108, Jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10754-013-9139-0>. KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015. KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016. KONG, Dongsung. Performance-based budgeting: the U.S. experience. Public Organization Review: a Global Journal, EUA, v. 5, n. 2, p. 91-107, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11115-005-1782-6>. LAVERTU, Stephane; LEWIS, David E.; MOYNIHAN, Donald P. Government reform, political ideology, and administrative burden: the case of performance management in the Bush administration. Public Administration Review, EUA, v. 73, n. 6, p. 845-857, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12132>. LEE, J.; WANG, X. Assessing the Impact of Performance-Based Budgeting: A Comparative Analysis across the United States, Taiwan, and China. Public Administration Review, v. 69, n. 1, p. S60-S66, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2009.02090.x>, acesso em 25 fev. 2021. LEVY, P. M. et al. Política Fiscal. Carta de Conjuntura, n. 43, 3º Trimestre, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190822_cc_44_politica_fiscal.pdf. Acesso em: 1º mar. 2021. LEVY, P. M. et al. Política Fiscal. Carta de Conjuntura, n. 45, 4º Trimestre, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2019/12/politica-fiscal-10>. Acesso em: 1º mar. 2021. LEVY, P. M. et al. Política Fiscal. Carta de Conjuntura, n. 46, 1º Trimestre, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/03/politica-fiscal-11>. Acesso em: 1º mar. 2021. LUQUE, Carlos Antonio; SILVA, Vera Martins da. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas de Governo à Brasileira. Brasil. J. Polit. Econ., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 413-432, Set. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1614>. LYRIO, Mauricio Vasconcellos Leao et. al. Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior. Revista Gestão Universitária na América Latina, Santa Catarina, v. 7, n.1, p.148-168. Jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2014v7n1p148>. MA, Jun; HOU, Yilin. Budgeting for accountability: a comparative study of budget reforms in the United States during the Progressive Era and in contemporary China. Public Administration Review, Florida, EUA, v. 69, p. s53-s59, Dec. 2009. Suplemento. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2009.02089.x>, acesso em 9 fev. 2021. MACIEL, Vladimir Fernandes; PIZA, Caio Cicero de Toledo; PENOFF, Roberto Nicolai. Desigualdades regionais e bem-estar no Brasil: quão eficiente tem sido a atividade tributária dos estados para a sociedade? Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, OF, n. 33, p. 291-318. Jul.-Dez. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/162/178>. Acesso em: 9 fev. 2021. MAIA, J. A. F. Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas. Sitientibus, n. 38, p.35-56, jan./jun., 2008. Disponível em:



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030151 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T01
--------------------	--	----------------------	-------------------

http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/38/3_metodologia_para_avaliacao_ex_ante_e_ex_post.pdf. Acesso em 1º mar. 2021.

MARQUES, Luciene Vieito, SOUSA, Karem Cristina; SILVA, Pablo Rogers. Operações Financeiras Públicas sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal: estudo de caso em Uberlândia. Revista Contemporânea de Contabilidade, Santa Catarina, ano 3, v. 1, n. 5, p. 147-167, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/1148> MELKERS, Julia; WILLOUGHBY, Katherine. Models of performance- measurement use in local governments: understanding budgeting, communication, and lasting effects. Public Administration Review, EUA, v. 65, n. 2, p.180-190, Mar.-Apr. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00443.x>. MELLO, Gilmar Ribeiro de; BITENCOURT, Ana Carolina Esteves dos Passos; MAGALHAES, Arthur Olivares de; SLOMSKI, Valmor. Nível de disclosure do orçamento público federal brasileiro. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 26, n.1, p. 42-53. jan.-Abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v26i1.3579>. Acesso em: 9 fev. 2014. MENEZES, Ronald do Amaral; SILVA, Renaud Barbosa da; LINHARES, Alexandre. Leilões eletrônicos reversos multiatributo: uma abordagem de decisão multicritério aplicada às compras públicas brasileiras. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 11, n. 3, p. 11-33, set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552007000300002> MEYERS, Roy T. The ball of confusion in federal budgeting: a shadow agenda for deliberative reform of the budget process. Public Administration Review, EUA, v. 69, n. 2, p. 211-223, Mar.-Apr. 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2008.01967.x>, acesso em 8 fev. 2021. MILLS, Timothy H.; NORMAND, Carol J.; PALMER, Richard J. Governmental purchase card programs: a case on the stewardship of public relations. Accounting Perspectives, Canada, v. 7, n.1, p. 69-81, Jan.-Fev. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1506/ap.7.1.5>. MONTEIRO, Bento Rodrigo Pereira; GOMES, Ricardo Correa. Experiências internacionais como orçamento público por regime de competência. Revista Contabilidade e Finanças, v. 24, n. 62, p. 103-112, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000200002>. Acesso em: 9 fev. 2021. MOREIRA, Marina Figueiredo; VARGAS, Eduardo Raupp de. Compras para a inovação: casos de inovações induzidas por clientes públicos. Revista de Administração Mackenzie, v. 13, n. 5, p. 232-257, out., 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000500009> MORGADO, Laerte Ferreira. O Orçamento público e a automação do processo orçamentário. Textos para Discussão 85. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/195968/Texto85.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 de fev. 2021. OLIVEIRA JR., J. N. Orçamento por resultados: aprimoramentos ao processo orçamentário da Marinha do Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Rio de Janeiro: EBAPE, 2018. 131 f. PALVARINI, Bruno. Guia Referencial de Mensuração do Desempenho na Administração Pública. In: Congresso Consad de Gestão Pública, 3., 2014, Brasília. Anais [...]. Brasília: Consad, 2014. PARES, A.; VALLE, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. Planejamento e orçamento governamental. Vol.1. Brasília, ENAP, 2006. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/808/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20A%20retomada%20do%20planejamento%20governamental%20no%20Brasil%20e%20seus%20desafios.pdf>, acesso em 9 fev. 2021. PASE, Hemerson Luiz. Orçamento participativo em municípios predominantemente rurais. Desenvolvimento em Questão, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 107-12, jan.-jun. 2003. Disponível em: . Acesso em: 9 fev. 2021. PASSOS, Antônio de Pádua Ferreira; CASTRO, Priscila de Souza Cavalcante. O Orçamento e a Dívida Pública Federal. In.: SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira de (Org.). Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. Disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/divida-publica-experiencia-brasileira/2009/30>. Acesso em 9 fev. 2021. PAULO, C. F. A. Comentários sobre o PPA 2012 – 2015: gestão por resultados ou painel de políticas? Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, v. 3, n. 1, p. 44-64, 2013. Disponível em https://www.assecor.org.br/files/1513/7710/4158/rbpo_vol3_num1_comentarios_sobre_ppa.pdf, acesso em 9 fev. 2021. PEREIRA, P.; VARELA, P. S. Controle Social do Orçamento-Programa: Um Enfoque à Administração Pública Municipal. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 42-57, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/166>. Acesso em: 9 fev. 2021. PINHEIRO, A. O. Entendendo o orçamento público: comparação do processo orçamentário brasileiro e internacional. Monografia (Graduação em Administração) Universidade de Brasília - UNB, 2017. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/18903>, acesso em 1º mar. 2021. PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias (Orgs). Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019. POSNER, Paul. Budget process reform: waiting for Godot. Public Administration Review, EUA, v. 69, n. 2, p. 233-244, Mar.-Apr. 2009. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1540-6210.2008.01969.x>, acesso em 8 fev. 2021. RABOVSKY, Thomas M. Using data to manage for performance at public universities. Public Administration Review, EUA, v. 74, n. 2 p. 260-272, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12185>. RAMADHAN, Sayel. Budgetary accounting and reporting practices in Bahraini governmental units: An empirical study. International Business Review, v. 18, n. 2, p. 168-183, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2009.01.001>, acesso em 25 fev. 2021. ROSANO-PENA, Carlos; ALBUQUERQUE, Pedro Henrique Melo; DAHER, Cecília Elias. Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios Goianos. Revista Administração Contemporânea. Curitiba, v.16, n. 6, p. 845-865. Nov.-Dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552012000600006>. Acesso em: 10 fev. 2021. SANTOS, E. A. V. O confronto entre o planejamento governamental e o PPA. In: CARDOSO, J. C. (Org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília: Ipea, 2011, p.



PLANO DE ENSINO 2022/2

Disciplina:	202030151 FINANÇAS PÚBLICAS E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T01
--------------------	--	----------------------	-------------------

307-336. SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. Revista do Direito, v. 3, n. 56, p. 119-149, set./dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rdunisc.v3i56.12688> SHIPMAN, Stephanie. The role of context in valuing federal programs. New Directions for Evaluation, EUA, n. 133, p. 53-63, 2012. Edição especial: Promoting valuation in the public interest: informing policies for judging value in evaluation. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ev.20006>. Acesso em 9 fev. 2021. SOARES, Maurélio et al. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, Out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500008>. SOUZA JÚNIOR, J. R. C. et al. A Política Fiscal e o Teto dos Gastos Públicos. Carta de Conjuntura, n. 33, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2019/09/a-politica-fiscal-e-o-teto-dos-gastos-publicos>. Acesso em: 1 mar. 2021. STALEY, A. Blair; MAGNER, Nace R. Budgetary fairness and governmental program heads' turnover intention. Managerial Auditing Journal, USA, v. 23, n. 4, p. 406-417, 2008. Disponível em: . Acesso em: 9 fev. 2021. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Como elaborar termo de referência ou projeto básico. TCE/MG, 2020. VANZELLA, C.; LUNKES, R. J. Orçamento baseado em Atividades: um Estudo de Caso em Empresa Distribuidora de Energia Elétrica. Contabilidade Vista & Revista, v. 17, n. 1, p. 113-132, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/294>. Acesso em: 9 fev. 2021.

Aprovado em